



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640171 - SC (2021/0013384-9)

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
THIAGO BURLANI NEVES - SC036518  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : EDILSON DOS SANTOS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de EDILSON DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Apelação Criminal n. 5002127-22.2020.8.24.0019/SC).

O paciente foi condenado à pena de 12 anos, 8 meses e 13 dias de reclusão pela prática dos crimes previstos no art. 33 da Lei 11.343/2006 e no art. 14 da Lei 10.826/2003, em regime fechado.

A impetrante sustenta que deveria ser afastada a valoração negativa das circunstâncias do delito de tráfico de drogas, em razão da pequena quantidade de droga apreendida (13,52g no total).

Aduz que o aumento da pena-base do paciente baseado na valoração negativa da conduta social teria sido absolutamente ilegal, violando a Súmula n. 444/STJ, ao justificá-lo em suposto pertencimento em organização criminosa.

Requer, liminarmente, a suspensão do andamento processual até o julgamento do presente *writ*.

No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja afastada a valoração negativa da circunstância do delito e da conduta social, readequando-se a dosimetria da pena.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, *“por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório”* (AgRg no HC 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, **indefiro o pedido de liminar.**

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência